



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO SETECENTOS E SESSENTA E SETE

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2019, às dezenove horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente Dalcir Luis Ebeling, o Vice Presidente Ademar Gauger, o Primeiro Secretário Bernardino Scottá, o Segundo Secretário Luiz Felipe Werner e os vereadores: Pedro Gilson Jahn, Laudir Abel, João Carlos Jahn, Claudir Antônio Ludwig e Luiz Carlos de Souza. O Presidente deu início a Sessão cumprimentando os presentes. O secretário Bernardino leu um trecho da bíblia. Foi lida a ata da Sessão Ordinária do dia 19 de fevereiro a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário leu a ementa do projeto de lei que deu entrada na Casa e será encaminhado para a Comissão de Pareceres. PL 2316/2019 – Reestrutura o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, e dá outras providências. Passando a análise dos projetos foi lido Projeto de Lei 2306 que altera carga horária do Cargo em Comissão e Função Gratificada de Coordenador da Terceira Idade. A Comissão sugere algumas adequações ao Projeto uma vez que se está propondo a diminuição de carga horária sem a alteração do salário. O Parecer será encaminhado ao Executivo para as referidas adequações. Em seguida foi lido Projeto de Lei 2311/2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal a patrocinar, como forma de apoio cultural, o Programa Amanhecendo em Barão, produzido pela Rádio Ação FM, nos termos que estabelece. A Comissão emitiu parecer favorável e o projeto é colocado em discussão. Claudir comenta que seria interessante a presença do Presidente da Entidade, sugere para uma próxima o convite. Pedro Gilson comenta que no parecer consta que a rádio é de acesso a todos os munícipes, mas na verdade alcança um raio de um km apenas. Diz que quanto a legalidade está ok, mas seu voto é contrário por não atingir todo o município. Sabe-se também que nem todos os auxílios concedidos atingem toda população, mesmo assim vota contrário. Bernardino se abstém de votar. Luiz Carlos diz que naturalmente quando se concede um incentivo à um grupo, não atinge todo município. Ressalta uma colocação do jornalista Pochart que disse que descobriu muito tarde o rádio, pois é o meio de comunicação mais direto com o público. Diz ainda que comunicação faz parte da educação e sempre será favorável à ela. Laudir diz que ainda no ano passado comentou sobre o horário que é realizado o programa, pois de manhã cedo muitos não conseguem ouvir. Devido à isso vota contrário, ressaltando que este investimento poderia ser muito melhor aproveitado em questão de audiência se fosse ao meio dia ou aos sábados. João Carlos comenta o orçamento engessado do Município, inclusive quanto as emendas impositivas que ainda não foram executadas. Seu voto é contrário, não só por não atingir o interior mas especialmente pela economia. Luiz Carlos questiona se o colega será contrário a todos os incentivos daqui pra frente. João Carlos diz que sua ideia é cortar custos, diz que este ano seguirá a linha da economicidade. Colocado em votação, o projeto foi aprovado por quatro votos dos vereadores Luiz Felipe, Ademar, Claudir e Luiz Carlos, tendo recebido três votos contrários dos vereadores Pedro Gilson, Laudir e João Carlos e uma abstenção do vereador Bernardino. Em seguida foi lido PL 2315 que autoriza o Poder Executivo Municipal a subsidiar e efetuar serviços de máquinas e caminhões aos munícipes de Barão. O Parecer da Comissão é favorável e o projeto é colocado em discussão. Laudir diz que tem dúvidas, caso não sejam sanadas pede vistas ao projeto, pois não há no projeto, a possibilidade de contratação de caminhão de terceiro, a questão do título de eleitor, questiona se é legal constar em Lei; Dalcir diz que segundo a assessoria jurídica o título de eleitor é permitido exigir como obrigatório. Laudir





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

questiona ainda se depois de 90 dias o protocolo se extingue ou não. Dalcir diz que na Secretaria existem muitos protocolos que não foram retirados, a partir desta Lei, após 90 dias o protocolo se extingue. Pedro Gilson sugere emenda acrescentando a questão do caminhão. Além disso, comenta sobre as quatro horas que todos têm direito, gostaria de acrescentar que fosse exigido contrato de locação do imóvel ou contrato de compra e venda, uma vez que muitos municípios têm seus terrenos comprados desta forma. Comenta que segundo a justificativa no ano passado foram cancelados os protocolos por falta de verba, este projeto não traz muitas mudanças no que diz respeito a valores, questiona como vai ser este ano. Sugere que os Vereadores da situação conversem com a Administração a fim de não acontecer o mesmo neste ano. Claudir comenta que dependendo da situação 4 horas é um benefício baixo para suprir alguns casos específicos. Luiz Carlos diz que não gostaria de prender o Projeto, mas sugere que seja dada uma pena maior e mais pesada para aqueles, os quais sejam constatados e comprovados falcaturas na concessão do benefício. Pedro Gilson sugere que seja acrescentado que enquanto a Lei estiver em vigor, não exista a possibilidade de o beneficiário e os prestadores de serviço receber benefício da Prefeitura. Bernardino diz que pessoalmente é contrário, pois o subsídio deve ser de acordo com a produção. O Bônus deveria ser beneficiado. Aí sim estaria se beneficiando de acordo com a produção e conseqüentemente a produção estaria sendo valorizada. Laudir diz que se perdeu uma grande oportunidade de colocar tudo no bônus no início deste ano. Quanto ao pedido de vistas diz que não gostaria de trancar o projeto uma vez que já estão se utilizando dos vereadores como desculpa para não conceder esses auxílios. Luiz Carlos diz que a única questão que lhe intriga é a emenda que acrescenta o caminhão pois deve haver um motivo para não constar. Os vereadores discutem amplamente a questão. Bernardino diz que não está sendo feito nada para evitar a sonegação. Ademar diz que é preciso fiscalizar a execução das horas. Pedro Gilson diz que já sugeriu para tirar uma foto antes e uma depois. Bernardino diz ainda que se o benefício fosse dado pelo bônus, todos investiriam essas horas na produção, assim a maioria investe em algum capricho na propriedade. Luiz Carlos diz que o bônus é o incentivo mais justo que existe, diz ser favorável a ser jogado tudo no bônus e os demais que sejam feitas leis específicas. Pedro Gilson diz que há muito vem se falando em conceder incentivos somente pelo bônus, mas mais uma vez vem um projeto específico. João Carlos parabeniza o novo Secretário pelas melhorias propostas, diz que em 30 anos de município ainda não foi possível chegar num denominador, mas que já é um começo. Muitas coisas ainda precisam ser melhoradas, mas acredita que o novo projeto trará economia para o Município. Claudir diz que em Poço das Antas o serviço é cobrado antecipado do contribuinte, isso também ajudaria, lá também funciona o sistema de fiscalização. Luiz Felipe diz que as horas máquina deveriam ser concedidas como estímulo a produção, pois essas quatro horas para cada cidadão serão utilizadas para conforme foi dito, para caprichos, enquanto há muitos serviços que precisam ser feitos na cidade. Comenta ainda que a retro está com valor menor que o caminhão. Pelo levantamento que fez, a retro estaria fora do valor de mercado. Diz que o § único do artigo 5º poderia ser suprimido uma vez que a Administração pode deixar de conceder o auxílio se identificar indisponibilidade monetária. Os vereadores comentam que se o dinheiro acabar revoga-se a Lei. Felipe diz que a Administração deveria ter um planejamento pra isso. Após mais uma discussão o Presidente sugere que o projeto original seja aprovado, a fim de não retardar mais a concessão do auxílio, e que todas essas sugestões e considerações sejam enviadas ao Executivo a fim de possíveis alterações. João Carlos





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

sugere que seja acrescentada a possibilidade de contratação de trator agrícola, conforme já havia sugerido no ano anterior. Pedro Gilson diz que sem suas emendas vota contrário ao projeto. Laudir diz votar favorável, na expectativa de que o projeto volte ainda este ano com as alterações. Claudir sugere que esta questão seja discutida entre todos os interessados. Assim o projeto é colocado em votação, sendo aprovado por sete votos. O Presidente informa que as sugestões serão encaminhadas ao Executivo. Bernardino diz que com a aprovação deste projeto igualou um pouco os incentivos da agricultura, mas ressalta que ainda acredita que a agricultura deve ser incentivada através da produção. O Presidente leu o Termo de criação da Comissão Especial referente à Obra da Creche de Linha Francesa. Bernardino informou aos colegas que será solicitado ao Executivo todo processo licitatório referente a construção da Creche. Foram lidas as indicações apresentadas. Indicação 173 – Vereador Pedro Gilson, sugere a supressão da palavra industrial de toda Lei 550/1998 e suas alterações. Pedro Gilson diz que consta na Lei que podem receber incentivo somente as com produção industrial, com a retirada da palavra, outras empresas que geram mais retorno e mais rápido poderiam receber incentivo. Bernardino diz que ampliaria essa justificativa. Pedro Gilson então retira e apresenta novamente na próxima sessão. Indicação 174 – Vereador Claudir, para criação do Caminho dos Trilhos de Barão. O autor diz que o caminho em questão possui muitos potenciais culturais e gastronômicos e poderia ser colocado numa rota turística, não seria muito trabalhoso e a história foi escrita com o trem. Deveria ser aproveitado esse caminho, pois o Município só teria a ganhar. Se coloca a disposição para a execução da Indicação. Indicação 175 – Vereador Pedro Gilson, sugere que seja controlada a efetividade de todos os funcionários, inclusive os Cargos em Comissão, através do cartão ponto. Justifica dizendo que há alguns problemas de horários que seriam sanados com esta medida e que já havia sugerido ainda no ano passado. Indicação 176 – Pedro Gilson, melhoria de parada de ônibus, justifica dizendo que é preciso uma melhoria urgente pois algumas crianças se utilizam da mesma. Indicação 177 – Pedro Gilson, melhoria do bueiro defronte a Inácio Klering, pois quando chove ele transborda e leva toda sujeira para a calçada. Indicações serão encaminhadas ao Executivo. Foi lido a seguir Parecer Jurídico referente a resposta do Hospital São José sobre a prestação de contas da entidade. Pedro Gilson agradece o parecer da assessoria e comenta que ele é apenas um vereador tentando fazer valer a Lei Orgânica e cumprir o juramento feito quando assumiu o cargo, de fiscalizar o dinheiro público, seus comentários não foram com rancor, apenas é sua obrigação de solicitar a prestação de contas à entidade. Solicita que seja encaminhado ao hospital cópia do parecer, solicitando novamente a documentação descrita no pedido anterior. Bernardino diz que não identificou no parecer a obrigatoriedade da documentação específica solicitada. Diz ainda que o hospital presta contas, apenas faltam informações, gostaria que fosse específico, pois o parecer é genérico. Pedro Gilson diz que o parecer diz que ele pode pedir as informações à entidade. O Presidente esclarece que o parecer é claro e diz que o hospital tem obrigação de prestar contas do dinheiro repassado pelo Município. Pedro Gilson solicita então ao Hospital a relação das receitas recebidas, tanto particular como pública, somente os valores. Houve uma breve discussão sobre o assunto. Pedro Gilson explica o que seria a SEFIP. Luiz Carlos diz que o parecer é genérico. Bernardino sugere que seja analisado realmente o que foi pedido e se a entidade tem a obrigatoriedade de enviar a documentação solicitada pelo colega. Laudir diz que na resposta do hospital mencionava que a entidade não devia prestação de contas ao legislativo, nesse momento houve o erro. A resposta do

3





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

hospital foi lida novamente. Laudir diz que a entidade respondeu que não é obrigada a prestar contas. Pedro Gilson diz que continua achando que tem direito ao acesso da SEFIP. Laudir diz que o parecer é claro e a entidade é obrigada a prestar contas quando solicitado. Houve uma breve discussão sobre o assunto. Pedro Gilson diz que está sendo aplicado o dinheiro público, então a Câmara tem direito de analisar. O Presidente diz que não encaminhará o parecer ao hospital, antes disso quer tirar algumas dúvidas com a assessoria jurídica, a fim de todos estarem cientes do que estará sendo feito. Laudir esclarece que não está contra o hospital, acredita que todas as entidades que recebem recurso público deveriam ter o mesmo tratamento. Pedro Gilson também diz que não tem nada contra o hospital, somente gostaria que prestassem contas quando solicitado. Foi lido em seguida um pedido de informação feito por um cidadão na Câmara, referente a manutenção de um veículo da secretaria da saúde. O Presidente informa que encaminhará ao Prefeito solicitando as informações. Nas considerações finais, Pedro Gilson solicita informação do número aproximado de exemplares do acervo da biblioteca municipal. O Vereador apresentou um breve relatório da viagem a Brasília. Diz que foram em busca de um poço artesiano com profundidade maior que 600m; estiveram em busca de recursos para construção de uma escola de educação infantil pra sede, que abrigasse todos alunos em um só prédio; comenta que um bom lugar para construção desta escola seria naquela área que ele mesmo sugeriu ao prefeito para negociar com o Hospital. Diz ainda que foram atrás de diversos recursos com diversos Deputados, inclusive pleiteou uma emenda diretamente para a Agricultura. Do recurso do Aliança diz que o projeto precisa ser entregue até maio na Caixa e que acompanhará de perto. Laudir solicita que o Município tome as devidas providências a fim de retirar os enfeites de natal colocados nas árvores da Praça da Liberdade por parte das empresas do Município. Solicita também lista de medicamentos constante no Plano Municipal de 2018/2021 e a lista dos medicamentos pactuados com o Ministério da Saúde. Sobre a viagem á Brasília, diz que não está fácil, mas não podemos ser pessimistas. Luiz Carlos comenta a importância de divulgar as boas ações que são realizadas pelo Legislativo a fim de que as pessoas saibam o que acontece na Câmara. Comenta também sobre dois projetos que entraram há algum tempo aqui na câmara, polêmicos, que os vereadores que foram contra sofreram perante a população; disse que na época foram incompreendidos, assim como pode estar acontecendo com o colega Pedro Gilson agora. Por fim, solicita a informação de qual a média de retiradas de livros mensal na biblioteca municipal. Sobre a Indicação do cartão ponto diz que o CC não ganha hora extra, então teria de vir algo mais específico. Elogia a Secretaria de Obras e seus funcionários pela conduta tomada quanto à uma situação particular, ficou feliz em saber que não foi dado um jeitinho por ele ser vereador. Solicita ofício parabenizando a conduta e pelo tratamento igualitário. Claudir solicita informação de como está o projeto de iluminação da ciclovia. Solicita informação também do quanto foi gasto em incentivos na agricultura nos últimos cinco anos. Gostaria de uma relação anual, especificando a Lei para cada incentivo concedido. Para a Secretaria de Saúde, solicita informação como de fato funciona o sistema de vacinação do Município, onde e quando são feitas. Elogia a Administração por ter a frente da Secretaria da Agricultura um agrônomo formado, que a Administração saiba fazer o bom uso deste profissional. João Carlos comenta que está na Casa o projeto que faz adequações no COMTUR, sugere que a Indicação referente ao Caminho dos Trilhos seja encaminhada ao Conselho também. Fala da importância de incentivar os agricultores a emitir nota fiscal da produção, pois muitos, principalmente os pequenos não costumam emitir a nota.

Rua da Estação, 1033 Sala 102 - Fone: (51) 3696 1047  
95730-000 - BARÃO - RS





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

Destacou ainda a importância de incentivar a produção. Ademar Gauger solicita melhoria na estrada geral de Linha General Neto. Bernardino cumprimenta o Secretário da Agricultura e diz que a informação é a base de tudo, agradeceu pela presença no Programa Estrada de Ferro. Diz que muitos dos assuntos abordados produzem efeitos, diz ainda que não existe nenhuma rádio que chega a todo lugar, mas é preciso se adaptar, pois a informação é muito importante. Comenta a participação no programa da secretaria da Educação e do setor do turismo que falaram sobre o Projeto Raízes, o qual será lançado em 17 de março. Uma rota que envolve nossos potenciais turísticos, comerciais e gastronômicos, diz ainda que envolve também a biblioteca, então se espera novidades também para a Biblioteca Municipal. Destaca também os Programas de Saúde da Família com as visitas em casa aos idosos, o qual surpreendeu um visitante de Barão, diz que é preciso valorizar o que acontece de bom. Diz ainda que muitas novidades estão previstas para o mês de maio deste ano na questão turismo, inclusive um pedal pelo interior do município, boas iniciativas estão sendo tomadas na questão. Laudir diz que foi até o Morro 29 e encontrou dois ciclistas sentados apreciando a paisagem, o melhor ponto turístico do Município está totalmente abandonado, o COMTUR vem em boa hora. Bernardino comenta que há muitos potenciais no interior e acredita que é preciso evidenciá-los. Destaca ainda a viagem do prefeito à Brasília para captar recursos para a chamada "Estrada Branca" e também a retirada do canteiro central na Buarque de Macedo. Comenta que algumas pessoas solicitaram a colocação de lixeira na ciclovia, ele endossa este pedido. Destacou ainda o trabalho diferenciado que vem sendo feito pelo Jornal Ação na questão do Cidadino, diz que a informação precisa ser divulgada, não importa pra quantas pessoas, o importante é disseminar a mesma. Ademar comenta que muitas pessoas perguntam onde fica o Morro 29, seria interessante colocar uma placa indicativa do local. Felipe comenta que há um certo descaso por parte da Administração com relação a ciclovia, pois recebeu ela praticamente pronta e desde então não fez nenhuma melhoria na mesma. Comenta também que seria interessante retirar a rótula de frente a Prefeitura que na verdade não serve pra nada. Sobre o Cidadino, diz que foi só o campeonato começar que começaram os problemas de trânsito na rua Raimundo Hartmann, lembra que sugeriu mão única para a via. Tece críticas ao Governo do Estado referente a aprovação da extinção da licença prêmio para os servidores e também ao Prefeito de Porto Alegre que está acabando com o Plano de Carreira. Aqui se fica no aguardo para ver se haverá mudanças, na contramão disso vem a criação de novos cargos de CC ou então a terceirização dos serviços, esta na sua opinião é o fim do serviço público. O Presidente diz que nenhum documento será fornecido a qualquer cidadão sem apresentação de pedido por escrito, o vereador também deve fazer seus pedidos na sessão. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Sessão Ordinária do dia vinte e seis de fevereiro de 2019. Assim sendo, lavro esta ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma. Em tempo, Pedro Gilson comenta que ao projeto de Lei 2315, quando mencionou o contrato de compra e venda, sugeriu que fosse incluído o mesmo e não exigido conforme mencionado.

Dalcir Luis Ebeling  
Presidente

Ademar Gauger  
Vice Presidente

Bernardino Scottá  
1º Secretário

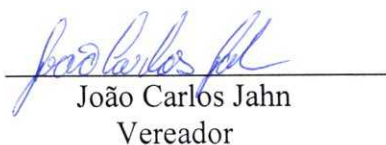


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS

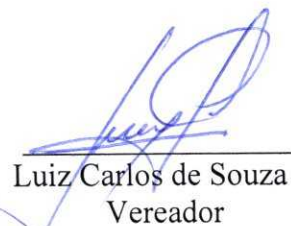
  
Luiz Felipe Werner  
2º Secretário

  
Pedro Gilson Jahn  
Vereador

  
Laudir Abel  
Vereador

  
João Carlos Jahn  
Vereador

  
Claudir Antônio Ludwig  
Vereador

  
Luiz Carlos de Souza  
Vereador